

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

A criminalidade é um fenômeno estudado por diferentes áreas das ciências sociais, sendo influenciada por fatores demográficos (densidade populacional, juventude, grau de urbanização), sociais (estrutura familiar, educação), econômicos (renda, pobreza, desigualdade) e relacionados às políticas públicas (gastos em segurança, serviços públicos, sistema legal, etc). De uma forma geral, os fatores demográficos, econômicos e sociais estabelecem as condições estruturais de uma sociedade violenta enquanto que a eficácia da polícia e do sistema judiciário são determinantes para inibir sua proliferação.

Embora ilegal, a atividade criminal pode ser entendida como uma atividade econômica. A decisão de cometer um crime ocorre se o benefício esperado for superior ao custo. O benefício líquido leva em consideração a satisfação do indivíduo proveniente do retorno obtido do crime descontado da potencial insatisfação gerada pela punição prevista em lei.

Nesse contexto, o Gráfico 1 apresenta uma estatística de criminalidade no Brasil. A partir do DATASUS (disponível até 2010) é mostrada a evolução da proporção de óbitos entre jovens por arma de fogo para o país comparativamente ao Nordeste e Ceará na década de 2000. Percebe-se claramente uma tendência crescente nesse período com destaque a forte expansão verificada no Nordeste e Ceará a partir de 2003, colocando esse indicador em outro patamar.

Ademais, sabe-se que parte expressiva desses óbitos ocorreu em Fortaleza. O motivo do salto nesse período precisam ser melhor entendido, mas certamente o rápido crescimento do tráfico de drogas no Estado nesse período é uma variável importante a ser considerada, especialmente o crack.

Entretanto, o que chama a atenção nessas informações é que a expansão inicial passa a se acelerar nos anos seguintes, talvez motivada por um componente inercial, aos moldes do conhecemos no passado como a inflação inercial. Neste caso, essa *inercia criminal* estaria relacionada à reincidência de delitos, em parte devido a dificuldade que o sistema judiciário possui, a partir do arcabouço legal, em punir de forma célere o criminoso assim como todos os desafios existentes na sua recuperação para a sociedade. Por outro lado, o retorno cada vez maior obtido na atividade criminal *vis-à-vis* a atividade legal, acaba por incentivar a sua permanência na atividade ilegal. Um indivíduo ao se engajar nessa atividade acaba se especializando nesse segmento, elevando assim o retorno de suas tarefas, aumentando portanto o custo de oportunidade de se

dedicar a atividade legal. Sendo assim, há um conjunto de elementos que acabam colaborando para que o indivíduo cada vez mais se engaje no mundo do crime. Esse efeito acaba se acumulando ano após ano, dificultando cada vez mais a atividade repressora.

Gráfico 1: Proporção (%) de óbitos causados por arma de fogo para jovens de 15 a 29 anos de idade vítimas de agressão – Ceará, Nordeste e Brasil – 2000 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIM/DATASUS/MS.

Em Fortaleza, esse problema é potencializado a medida que a cidade teve um dos maiores aumentos no país da população jovem em relação a sua população total, o que naturalmente reforça os indicadores nessa área. Ou seja, a própria dinâmica da população na capital cearense contribui para o aumento dos indicadores na cidade relativa a outras capitais. Ademais, entre as cidades mais populosas do país Fortaleza tem a mais alta informalidade além de apresentar também o mais baixo rendimento formal. É evidente que esses elementos não são as causas principais do problema, mas tomados em conjunto contribuem para seu aprofundamento.

Apesar do esforço crescente do Governo do Estado nos últimos anos em oferecer uma segurança pública digna para sua população, parece não ter sido ainda suficiente para atenuar os indicadores. Na verdade, muitas questões que contribuem para o agravamento do problema, estão além de sua esfera de atuação.

Nesse sentido, a estratégia adequada seria de alguma forma quebrar a *inércia* existente, o que para tanto seria necessária se estabelecer uma conjunção de esforços conjuntos no Ceará entre as prefeituras, Governo do Estado, Poder Judiciário e Legislativo e Órgãos Federais, na forma talvez de um pacto, em enfrentar essas questões nas suas diversas dimensões.

Governador: CID FERREIRA GOMES
Secretário da SEPLAG: Eduardo Diogo
Diretor-Geral do IPECE: Flávio Ataliba

Diretor da DIEEC: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Elaboração: Flavio Ataliba Barreto, Diretor Geral do IPECE
Victor Hugo de Oliveira, Analista de Políticas Públicas/IPECE

SEPLAG: www.seplag.ce.gov.br; IPECE: www.ipece.ce.gov.br
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambebe
Fone: (85) 3101.3496